

## **Manifestações coletivas: O Regime Civil-Militar contestado nos espaços públicos da região central de Belo Horizonte, de 1964 a 1968**

RAYANNE NUNES ABRANCHES<sup>1</sup>

### **Considerações iniciais**

Os anos de 1964 a 1985 marcaram a história brasileira como a época conturbada que consistia o regime de exceção dos militares. Diante disso e também pelo curto intervalo de tempo para a História, muito ainda há para ser discutido pela historiografia acerca desse assunto. Nesse sentido, Fico (2001: 71) afirma que o estudo do período militar encontra-se em intensa vitalidade. De acordo com Reis Filho (2000, p. 9),

...a ditadura militar foi e tem sido objeto de escárnio, desprezo ou indiferença, atitudes que tendem a estabelecer uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não induzem ao silêncio e ao esquecimento de um processo, contudo, tão recente e tão importante de nossa história.

Quando analisamos os estudos realizados até então sobre a Ditadura Civil-militar no Brasil, é perceptível que grande parte das abordagens privilegia os acontecimentos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, sabe-se que ocorriam “... passeatas, ocupações, protestos, comícios, lutas de rua em todo o país, e sobretudo nas capitais dos estados, mas não apenas nelas, também em cidades médias e pequenas...” (REIS FILHO, 1999: 70). Ridenti (1999: 57) ainda afirma que esses movimentos de protesto ocorriam também fora do eixo Rio - São Paulo, porém, esses estudos ainda são raros. Justifica-se, portanto, a realização de um estudo para identificar as movimentações existentes contra o regime ditatorial em Belo Horizonte, privilegiando a região central da cidade.

Além do mais, grande parte dos estudos sobre oposição/resistência ao regime – monografias, teses e dissertações – privilegia a opção pela luta armada, através das guerrilhas. Porém, o presente artigo tem por objetivo analisar a oposição/resistência através das manifestações de rua, assunto sobre o qual se encontra poucas linhas

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela PUC Minas. Atualmente é aluna do Curso de Especialização em História e Culturas Políticas da UFMG. Projeto financiado pelo PROBIC/PUC Minas e orientado pela professora Carla Ferretti Santiago (Mestre em História).

dedicadas a seu estudo. Portanto, pretende-se discutir a participação dos belo-horizontinos no movimento oposicionista ao governo militar através das manifestações coletivas de 1964 a 1968.

Muito se afirma sobre a participação do movimento estudantil na resistência ao regime militar, entretanto, resta analisar se houve a participação de outros segmentos sociais nas manifestações coletivas de Belo Horizonte. Dessa forma, busca-se, aqui, identificar o perfil dos envolvidos nas manifestações, bem como as estratégias implementadas para a realização das manifestações públicas. Para tanto, inicialmente os conceitos *de manifestações coletivas* e *espaços públicos* serão abordados.

### **Manifestações coletivas e espaços públicos: em busca de conceitos**

As manifestações coletivas procuram destaque para as causas que defendem e, portanto, nada mais apropriado do que realizá-las em espaços públicos. Sendo assim, segundo Magalhães (2008: 28), as manifestações públicas são ações coletivas, tipicamente urbanas, que ocorrem preferencialmente em espaços públicos, “algumas delas atingindo o coração da cidade, e, não raro, convergindo para alguma praça central, escolhida pelo movimento como espaço propício para as manifestações, por diversas razões”. Partindo dessas colocações, deve-se tentar delimitar o significado do termo manifestação:

*Nós entendemos por manifestação ‘toda ocupação momentânea por diversas pessoas de um lugar aberto, público ou privado com o objetivo de expor as reivindicações, de expressar uma solidariedade, ou de celebrar uma comemoração, e que contenha diretamente ou indiretamente a expressão de opiniões políticas (FILLIEULE citado por MAGALHÃES, 2008: 43).*

Complementando tal definição, Mórán citado por Magalhães (2008: 49) estabelece que

*Manifestar-se significa essencialmente ‘sair à rua’, ocupar um espaço público que seja visível para o maior número de pessoas possível, e desfilar por ele. A idéia de movimento, de deslocamento, é consubstancial à manifestação; e sendo possível deve fazer-se através do espaço por excelência: a parte central da rua, e não tanto os passeios. Os lugares concretos onde se desenvolvem as manifestações têm também uma grande importância. Devem gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por ‘invadir’ certas ruas ou praças do centro histórico, assim como transportar a celebração de muitas manifestações desde os locais onde os conflitos são produzidos até cidades importantes, preferivelmente aquelas nas quais se concentra o poder político: as capitais dos Estados ou das províncias. [...].*

Tais manifestações objetivam a visibilidade para que as causas defendidas sejam vistas e apoiadas pelo público, que se encontra nas ruas. Por isso, o espaço público é o local ideal para esse tipo de ação política. Tomando o conceito de Arendt (1981: 60), o espaço público é o lugar do aparecimento e da visibilidade, local no qual tudo pode ser visto e ouvido por todos, no qual a “esfera pública só tolera o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante torna-se automaticamente assunto privado”. Nesse sentido, o espaço público é o que lugar que preserva a ação do esquecimento, uma comunidade politicamente organizada e espaço de deliberação conjunta de um grupo, em que as diferenças sociais e as hierarquias são temporariamente suspensas, porque ali todos têm direitos iguais no que se refere ao uso e apropriação do espaço.

Outro alvo das manifestações seria o Estado que acaba por ser um interlocutor, mesmo que indiretamente, já que, ao “se projetar uma manifestação, os manifestantes expõem ao conflito com o poder público, que pode interditar o acesso ao espaço público, dependendo da abertura ou não do regime político” (MAGALHÃES, 2008: 46).

Essas ações políticas nos espaços públicos são imbuídas de conteúdos simbólicos e propiciam a “prática de cidadania especializada”, tendo em vista que ao tomar as ruas, os manifestantes buscam se (re)afirmar como sujeitos sociais e políticos autônomos. Assim, deve-se voltar as palavras de Morán citado por Magalhães (2008: 50):

*[...] há que se admitir que o protesto em geral- e a manifestação em particular – constitui um dos elementos centrais da vida dos sistemas democráticos. As manifestações são, ao mesmo tempo, uma resposta coletiva ante situações de crise, e uma consequência das crises dos canais tradicionais de participação política: sem esquecer que são praticamente a única forma de alcance dos grupos excluídos pela comunidade política para expressar suas demandas de reconhecimento, para ‘fazerem-se visíveis’.*

Todavia, isso não quer dizer que em regimes autoritários não existam manifestações, apesar de seu número reduzido, tendo em vista as proibições dessas ações. A participação está no centro da democracia, mas, em regimes autoritários, encontra-se no centro da mudança política. Por isso, as manifestações não deixam de existir nesses momentos, apesar de seus maiores riscos. As manifestações são mais

custosas em regimes ditatoriais, na medida em que os direitos políticos são “severamente limitados ou simplesmente não existem. Mesmo nesse contexto, as pessoas vão às ruas e demandam, por vezes violentamente, melhores condições econômicas ou um regime mais democrático” (ESCRIBÀ-FOLCH, 2008: 720).

Partindo de tais conceitos, os principais espaços públicos belo-horizontinos utilizados para manifestações serão abordados.

### **A região central de Belo Horizonte: lugar-síntese das manifestações**

A capital de Minas, Belo Horizonte, planejada sob o signo da Modernidade e da República, tem como demarcação da área central os limites da Avenida do Contorno<sup>2</sup>. Durante várias décadas após a inauguração da cidade, o entorno da Praça Sete de Setembro concentrou instituições financeiras, educacionais e políticas, além de concentrar também moradias da classe média. (SILVA, 2001: 62). Sendo assim, o centro desempenha o papel de ponto de convergência da população - por ser local de intercâmbio, sociabilidade, lazer - e, segundo Lemos (1988:287), “o centro, lugar-síntese da reunião, tornou-se o local privilegiado da manifestação e do discurso uníssono dos anseios políticos do belo-horizontino.”

O centro da cidade se reafirmou como local de discussão, manifestação e propaganda política. Segundo Lemos (1988: 212)

*Seu espaço, mais uma vez, funcionou como pólo centralizador de pessoas e atividades, passando a constituir um lugar privilegiado de troca e divulgação de idéias. A capacidade do centro de transmitir e divulgar imagens e idéias está diretamente relacionada à capacidade do seu espaço de concentrar atividades e pessoas. Nesse sentido, consolida-se como lócus ideal para o intercâmbio de idéias, palco e cenário de conflitos e tensões políticas.*

Dessa forma, o centro, por sua confluência de instituições financeiras, políticas, econômicas e educacionais, ficou marcado como palco para as lutas sociais de Belo Horizonte, tendo em vista a sua visibilidade. Logo, o centro da cidade atua como uma caixa de ressonância, pois é o encontro de todas as falas

---

<sup>2</sup> As principais vias do centro da cidade estão próximas à Praça Sete de Setembro, sendo elas: Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Espírito Santo. Justamente nesse entorno é que se encontra a Igreja São José. Também merece destaque a Praça da Liberdade que, até pouco tempo, abarcava a sede do poder estadual – Palácio da Liberdade.

*[...] na medida em que é construído como montagem de virtualmente todas as falas que circulam na grande praça central: além de matérias de jornal, textos de publicidade, versos bíblicos e, sobretudo, a fala popular metropolitana ao vivo. (BOLLE, 1986: 131)*

O centro possui como referência o entorno da Praça Sete, região essa que pode ser considerado o coração da cidade. Essa região é marcada por diversos movimentos sociais que movimentaram a atmosfera política de cada época, ocasionando manifestações de rebeldia e contestação ao poder. Portanto, esse local foi sendo paulatinamente apropriado pelos movimentos sociais como espaço de manifestação, dimensão que não estava inicialmente relacionada a tal espaço. De acordo com Carvalho (2005: 66), a região dessa praça, vista como um local de difusão de idéias é também, palco de diversas manifestações públicas por possuir “... caráter de visibilidade, publicização e reverberação daquelas ações, mas também como local de entroncamento viário, o que possibilitava um deslocamento rápido e fácil dessas ou para outras manifestações.” (CARVALHO, 2005: 75). A utilização da Praça Sete, como *locus* das manifestações políticas, ocorre tanto por grupos de variadas ideologias políticas. Além disso, a Praça Sete normalmente faz parte do trajeto das manifestações seja para iniciar ou terminar a passeata.

Logradouros próximos à Praça Sete, como as Avenidas Amazonas e Afonso Pena, que se cruzam, possuem forte importância nas manifestações coletivas. Essas vias ligam importantes pontos da cidade: a Avenida Amazonas liga o centro de Belo Horizonte à Cidade Industrial enquanto a Avenida Afonso Pena perpassa a rodoviária da cidade, situada na Praça Rio Branco, até a região sul. A Rua da Bahia é uma das principais vias de Belo Horizonte, desde a inauguração da cidade. Em sua extensão, sai da Avenida do Contorno no Centro e chega até ela, quando começa a Rua Carangola, no bairro Santo Antônio, passando pela Praça da Estação<sup>3</sup> e também pela Praça da Liberdade<sup>4</sup>, tendo sido muito utilizada no início do século XX como porta da cidade,

---

<sup>3</sup> A Praça Rui Barbosa – conhecida como Praça da Estação - possui uma simbologia específica e foi palco de manifestações, contudo, em menor número quando comparada com a Praça Sete. Nessa praça, a monumentalidade do poder não é expressiva, esse espaço público é o local da chegada à cidade. A Praça da Estação é um espaço transitório, pertencente à cidade, mas um lugar que pode ser associado ao “estrangeiro”.

<sup>4</sup> A Praça da Liberdade, sede do governo estadual até 2010, apresentava-se pela monumentalidade do poder. Os manifestantes, ao escolherem esse local, buscavam uma interlocução com o governo ou

pois ligava a estação de trens à sede do governo estadual. Segundo Gonzaga (2009: 82) devido ao seu trajeto, ligando vários pontos da cidade, a Rua da Bahia “sempre foi caminho de poetas e manifestantes, compondo as situações que se relacionam a efervescência cultural e política da cidade, pois sempre abrigou lugares de encontro como cafés, livrarias, teatros e bares”. Portanto, essa também é uma importante via utilizada em manifestações.<sup>5</sup>

Outro aspecto relevante sobre a região central vem do fato de que, justamente, nessa área se concentravam as principais faculdades da cidade na década de 1960. Nesse entorno, encontravam-se faculdades de Direito, Filosofia e Medicina da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG); faculdades de Filosofia, Direito, Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC) e também os diretórios centrais dos estudantes dessas instituições. Portanto, a região central torna-se lugar privilegiado para manifestações de protestos organizados por estudantes. Além disso, é também no centro que os escritórios, moradias da classe média e comércio estão inseridos. Isso posto, nos permite perceber que o centro é um lugar estratégico, com intensa movimentação de pessoas, que poderia permitir o apoio de transeuntes e moradores da região às manifestações estudantis.

Além dessas manifestações estudantis, foi justamente no espaço urbano do centro que inúmeras manifestações contra o nacional-populismo, incorporado por João Goulart, ocorreram.<sup>6</sup> A ocorrência dessas manifestações de grupos conservadores demonstram a forma em que o centro é apropriado: lócus de manifestações de quaisquer orientações política.

---

protestavam contra ele. Segundo Le Ven e Neves (1996: 88) o caminho da Praça Sete até a Praça da Liberdade foi trilhado por vários manifestantes, de diversas categorias sociais. Segundo Caldeira (1998: 113), a Praça da Liberdade consolidou-se no imaginário social como um lugar-símbolo que representava o mito da liberdade e manifestar ali era lutar contra o autoritarismo.

<sup>5</sup> Muitas manifestações em contestação ao regime militar saíam da Praça Afonso Arinos, no qual se localizava a Faculdade de Direito da UFMG, e passavam pela Rua da Bahia a fim de alcançar as mediações da Praça Sete de Setembro.

<sup>6</sup> As manifestações femininas de repúdio a suposta infiltração comunista no Brasil, baseadas no *slogan* Deus, Pátria e Família, também ocorreram nesse local. Após a deposição de João Goulart, tem-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que adquire um significado de desfile/comemoração da vitória dos golpistas.

## MAPA

---



### LEGENDA

---

- |   |  |
|---|--|
| ① Faculdade de Medicina - UFMG                                  | ⑦ Faculdade de Ciências Médicas - UCMG |
| ② Faculdade de Direito - UFMG                                   | ⑧ Faculdade de Arquitetura - UFMG      |
| ③ Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG                       | ⑨ Faculdade de Farmácia - UFMG         |
| ④ Faculdade de Engenharia - UFMG                                | ● DCE - UFMG                           |
| ⑤ Faculdade de Filosofia - UFMG                                 | ⊙ UEE                                  |
| ⑥ Faculdades de Filosofia, Direito, Serviço Social e DCE - UCMG |  |
- 

**Figura 1: Principais Faculdades e Diretórios Acadêmicos identificados dentro da Avenida do Contorno**

## Mobilização social: esquerdas e direitas<sup>7</sup>

O início da década de 1960 revela uma intensa agitação política: vivia-se o clima de desenvolvimentismo, juntamente com a vontade de participação de vários setores da sociedade. Havia, então, maior envolvimento de diferentes setores da população que procuravam maior engajamento no processo de transformação do país. Segundo Starling (1986: 19)

*Os primeiros anos da década de sessenta correspondem ao que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava – ou se ‘conscientizava’ para usarmos a palavra mágica da época. Existia uma vontade ativa e um sopro generoso de mudanças agitava o país.*

Como não poderia deixar de ser, Belo Horizonte também viveu esse período de mobilização social. Trabalhadores, estudantes e outros segmentos da sociedade manifestavam-se no centro da cidade inquietando a ideologia da “Tradicional Família Mineira”. Essa efervescência política de vários segmentos da população brasileira, que desejavam transformações socioeconômicas, causou preocupação aos setores conservadores. Tal preocupação ocorre, pois, “o apelo à mobilização popular como força inequívoca e definitiva na construção do novo Brasil, estava colorido por tons perigosamente radicais”, sendo o comunismo a principal ameaça aos setores de direita. (STARLING, 1986: 27).

Diante da agitação social e da reação dos setores mais conservadores da sociedade, em 1º de abril de 1964, os militares tomam o poder através do golpe – com amplo apoio de civis - e declaram a vacância presidencial, iniciando um governo de exceção “numa posição ideológica contra o populismo”, personificado por João Goulart. (SKIDMORE, 2003: 367). Com o poder nas mãos dos militares, os mesmos não mais tomam o papel tradicional de moderador de crises: na década de 1960, a democracia dá lugar ao autoritarismo em nome da própria democracia e salvação da ordem - em

---

<sup>7</sup> Conforme Reis (2004: 32), serão adotadas, nesse trabalho, as categorias clássicas de direita e esquerda. Por direita, entende-se as forças conservadoras, alérgicas a mudanças e dispostas a manter o *status quo*. À esquerda se situarão as forças favoráveis às mudanças em nome da Justiça e do Progresso sociais. Essas categorias serão empregadas no plural por se entender que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais.



virtude da suposta ameaça comunista, que perduraria até 1985. (COUTO, 2003: 60 – 61).

Nesse sentido, a classe média apóia a tomada do poder pelos militares, já que imaginava que tal movimento teria caráter de restauração do passado democrático de outrora e, que logo que essa ordem estivesse restabelecida, os militares voltariam aos seus quartéis. Entretanto, principalmente o setor estudantil estava atento quanto a esse caráter supostamente passageiro dos militares no poder. No último dia de março de 1964, estudantes da Faculdade de Direito da UFMG distribuíram panfletos na tentativa de conscientizar sobre a violação constitucional que estaria sendo realizada pelos militares, com apoio de setores civis<sup>8</sup>.

Sabe-se que o governo militar durou 21 anos e a aliança estabelecida entre militares, burguesia e classes médias possibilitou a continuidade e intensificação da exclusão das classes populares com a estabilidade do regime (AFONSO, SOMARRIBA; VALADARES, 1984:44). Soma-se a isso, a ativação das forças repressivas que fornecem ao Estado grande controle sobre as áreas políticas, militares e sociais, caracterizando a chamada “Operação Limpeza”, que procurava desmobilizar qualquer tipo de oposição ao regime. Nas palavras de Alves (2005, p. 10 – 11), “a perseguição dúbia e envergonhada dos primeiros anos do regime militar deixou espaço para a organização de uma oposição vigorosa”, liderada por estudantes, líderes populares, membros dos setores progressistas da Igreja Católica e leigos que se indignavam com os rumos que o novo governo tomava. Diante desse cenário, é justamente nos anos de 1964 a 1968 que se tem, de um lado, a organização autoritária do estado de Segurança Nacional, e de outro, a crescente oposição em todas as classes, “inclusive entre as classes dominantes, que se manifestavam contra a censura da imprensa, a censura cultural e principalmente contra a repressão” (ALVES, 2005: 10 – 11). Ainda segundo Alves (2005: 141), o próprio modelo econômico e político adotado pelo regime propiciou uma aliança informal entre vários setores de oposição. Assim, a necessidade de criar ou fortalecer organismos da sociedade civil tornou-se estratégia para confrontar um Estado centralizador e autoritário (LOPES, 1997:39). Desenvolve-se, então, a relação dialética entre Estado e Oposição, na qual medidas repressivas e

---

<sup>8</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0319 (Comunismo – Estudantes e Trabalhadores), Rolo 208. Imagem 109. Jan. 1953 – 1968.

medidas de resistência aconteceram concomitantemente gerando um intenso embate de ações e reações.

Em Belo Horizonte, os grandes articuladores de protestos e boletins incitando a luta contra a ditadura foram os estudantes, principalmente os universitários. Isso não significa que outros setores, como os trabalhadores, por exemplo, não se mobilizaram. Esses estudantes atacavam principalmente as intervenções do governo nas Universidades e pediam apoio ao povo na luta contra o regime. Em vários boletins, divulgados por estudantes belo-horizontinos, afirma-se que os mesmos lutavam pelo próprio povo a partir da premissa “É por vocês que lutamos”<sup>9</sup>. Isso ocorria na medida em que os estudantes buscavam apoio popular para a derrubada do regime, revelando o desejo de que outros setores da sociedade participassem das manifestações coletivas organizadas pelos mesmos. Sobre esse aspecto, Starling (1986: 25) afirma que, desde o período pré-64, os estudantes, principalmente através da UNE, assumem o *front* cultural e político e montam veículos de “conscientização em massa” para o povo brasileiro. “O povo olhava embasbacado aquela multidão de jovens que lhes ensinavam coisas de dedo em riste, [...] querendo transformar os operários e camponeses em revoadas de torsos heróicos” (STARLING, 1986: 25). Assim, esse desejo de participação de todo o povo brasileiro na derrubada da ditadura manteve-se durante o regime.

Nos anos iniciais do regime militar, isto é, 1964 e 1965, nota-se um arrefecimento na mobilização popular que marcou os anos imediatamente anteriores. Esse acontecimento pode ser explicado por duas razões. A primeira consiste na desmobilização dos movimentos sociais até então existentes. Era preciso “varrer” todos que estivessem envolvidos com o governo de João Goulart, partidos políticos considerados comunistas e movimentos sociais. Líderes sindicais e estudantis, professores, estudantes, intelectuais eram os mais visados. (ALVES, 2005: 72). Portanto, o poder militar se impõe na tentativa de impedir participação de movimentos sociais nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos.

A segunda razão consiste na crença, de alguns setores da população, que os militares apenas estariam agindo como moderadores temporários de uma crise gerada com o governo Goulart. Assim, esses setores acreditavam no caráter transitório do

---

<sup>9</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins subversivos), Rolo 087. Imagem 120. Nov. 1960 – Maio 1971.

governo. Mas, quando perceberam o autoritarismo dos militares, as inquietações quanto a esse regime se tornaram patentes. Sobre isso, Le Ven e Neves (1996: 90) afirmam que em Belo Horizonte “havia no ar, [...] um certo sentimento de que a ‘Revolução’ não veio para ficar”. Relacionando essas duas razões, Martins Filho (1987: 78 – 81) afirma que além de a repressão ter agido para a desarticulação dos movimentos sociais, naquele momento, grande parte dos setores da sociedade civil, como a classe média e a Igreja, acreditavam nas idéias de segurança e desenvolvimento defendidas pelos militares.

Em virtude disso, nos anos iniciais da ditadura militar, basicamente não ocorrem manifestações de rua, apenas a distribuição de boletins que procuravam alertar a população quanto à inconstitucionalidade do governo. Uma das estratégias para a distribuição desses boletins consiste em atirá-los do alto de edifícios do centro. Contudo, os boletins também eram distribuídos nos âmbitos das faculdades e espalhados pelo centro da cidade durante as madrugadas.

Posteriormente, nos anos de 1966 a 1968, ocorre a reorganização dos movimentos sociais, apesar das perseguições realizadas pelo governo. Segundo Silva (2001: 52) mesmo com a “repressão militar, as manifestações sociais existiram de forma clandestina e abafada, persistindo principalmente através das ações comandadas pela UNE dentro do Movimento Estudantil”. Portanto, percebe-se que o movimento estudantil se posiciona como o porta-voz da sociedade contra os abusos dos militares e busca realizar manifestações de protesto com o objetivo de mostrar à população a face autoritária do governo.

Dois movimentos ocorridos em Belo Horizonte, em 1966, - a Passeata do Calouro e seu desdobramento, a Passeata do Silêncio - mostram a utilização de diferentes estratégias de manifestação. A Passeata do Calouro ocorreu na Avenida Afonso Pena e teve a participação de três mil manifestantes que, portando cartazes, fizeram duras críticas ao governo. Essa manifestação teve repercussão nacional, uma vez que os militares entraram na Igreja São José para espancar e prender os estudantes que procuravam refúgio naquele local, causando indignação da sociedade. Tendo em vista as agressões sofridas por dirigirem palavras ofensivas ao governo, os manifestantes adotaram a tática do silêncio na passeata do dia seguinte. Com faixas e mordaças pretas, os estudantes saíram da Faculdade de Direito da UFMG e percorreram as ruas centrais da cidade na intenção de evidenciar a morte da democracia (com as

faixas pretas) e a falta de liberdade de expressão. Mesmo com a mudança de tática, houve uso de violência policial para dispersar os manifestantes.

Após esses acontecimentos, os estudantes adotam outra estratégia que passaria a ser recorrente. Após a repressão de uma passeata ocorrida nas proximidades da Praça Sete, os estudantes se agruparam em diferentes locais e reapareciam causando surpresa ao policiamento, que passa a ter maiores dificuldades para dispersar esses múltiplos grupos. A tática do silêncio foi novamente utilizada na chamada “vigília cívica” ocorrida nos fins de 1966, na Praça da Liberdade, em frente ao Palácio da Liberdade, a então sede do poder estadual e local próximo ao DCE da UCMG. Nesse protesto, os estudantes, em demonstração de solidariedade aos colegas detidos, permaneceram sentados com velas e em total silêncio. Mesmo assim, os manifestantes incomodaram as forças repressoras que mobilizaram a ação de violência.

A partir de 1967, a estratégia do comício-relâmpago torna-se amplamente utilizada, tendo em vista a rápida mobilização e dispersão, evitando, assim, confrontos policiais. Apesar dessa intenção, houve prisões de envolvidos em comícios-relâmpagos, o que revela a intensa vigilância policial. A estratégia de realização de múltiplos protestos ocorreu no mesmo ano, quando mobilizações ocorreram nas mediações da Praça Sete, Praça da Liberdade e Praça Rui Barbosa – também conhecida por Praça da Estação. A existência de vários protestos tinha o nítido objetivo de não concentrar os manifestantes em um mesmo lugar, já que isso facilitaria o trabalho da polícia e apenas atingiria os transeuntes e moradores de um mesmo local.

Em março de 1968, com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto no Rio de Janeiro - assassinado pela polícia quando manifestava por melhores condições do restaurante Calabouço - a efervescência no meio estudantil gera grandes manifestações de protesto contra a ditadura. Intensifica-se a partir de então as manifestações populares pelo país e o governo toma medidas em represália. Poener (1979: 298 – 299), ressalta que o estudante Edson Luís obviamente não foi a primeira vítima daquele regime de exceção. Contudo, “coube ao seu cadáver desencadear no Brasil o processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países.” Essa relativa liberalização forneceu uma sensação de iminente democratização, fez com que as pessoas perdessem o medo e as mobilizou para lutar por um país mais justo e livre. Assim, jornalistas escreveram mais artigos de denúncia, editores lançaram mais livros, padres promoveram

mais debates, entre outras ações. Essa liberalização ocorreria até dezembro do mesmo ano, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5 que limitou ainda mais a participação popular nos assuntos sócio-políticos.

Em sinal de luto por Edson Luís, universitários belo-horizontinos organizaram uma passeata de protesto iniciada na Faculdade de Direito e finalizada nas escadarias da Igreja São José. De modo surpreendente, a polícia não dispersou o protesto.

No período das comemorações de 4º aniversário do golpe militar, os estudantes realizam protesto com trajeto de saída da Faculdade de Direito com direção a Igreja São José, sendo interceptados pelos militares. Todavia, novamente os estudantes se reagruparam e reapareceram em diferentes ruas do entorno da Igreja. Cabe ressaltar que, mesmo quando as táticas de manifestação variavam, os panfletos atacando o governo e incitando a participação popular não deixavam de ser distribuídos.

No que tange à divulgação das manifestações, alguns jornais, sob a forma de noticiário, acabavam por publicar antecipadamente o local e o horário das manifestações. Entretanto, essa prévia divulgação acarretava uma grave consequência: uma grande, ágil e preliminar mobilização das forças repressoras. Assim, com o acirramento da repressão, várias informações falsas eram divulgadas informalmente para dificultar o trabalho policial. Somente em alguns minutos antes da manifestação a palavra de ordem era divulgada.

Pelo que foi descrito anteriormente, percebe-se que os estudantes foram os grandes articuladores das manifestações coletivas ocorridas no centro da capital mineira. O movimento estudantil pode ser considerado como o mais significativo movimento social do período. Pela sua mobilização e organização, cumpria também o papel de porta-voz da ala progressista da Igreja Católica, dos partidos e sindicatos clandestinos e de uma parcela das famílias de classe média. Esse movimento manteve uma “forte ideologia pautada na resistência que se articulava basicamente em um discurso de combate ao domínio imperialista e se impunham na defesa da liberdade e luta contra a ditadura” (SILVA, 2001: 60 – 61). Dessa maneira, as manifestações coletivas contaram com outros setores da sociedade civil, como padres, trabalhadores, bancários, professores e etc. Todavia, a maioria dos manifestantes fazia parte do setor estudantil da sociedade, principalmente dos estudantes universitários, conforme fora salientado.

A articulação dos estudantes com a ala progressista do clero ficou bem delimitada quando do 28º Congresso da UNE, que estava marcado para ocorrer em Belo Horizonte. Com a ilegalidade da UNE, decretada desde 1964, o governo procurou dismantelar os congressos estudantis nacionais. Essa premissa também ocorreu quando o governo veiculou declarações de que fariam tudo para impossibilitar o 28º Congresso da UNE. Apesar do enorme contingente policial espalhado por pontos estratégicos do centro, isto é, os principais locais ocupados por estudantes, o encontro foi realizado com a ajuda de franciscanos, dominicanos e parte da população. A ala progressista do clero, juntamente com parte da população, acolheu estudantes em suas residências e contribuíram com alimentos e transportes.

O envolvimento entre estudantes e trabalhadores ficou bem mais delimitado em 1968, quando os primeiros participam da Primeira Concentração Trabalhista em Minas<sup>10</sup>, bem como funcionários públicos. As comemorações do 1º de maio também contaram com a presença de padres e estudantes, conforme noticia o jornal *Última Hora*<sup>11</sup>. Sobre essa relação entre o setor estudantil e trabalhista, Silva (2001:82 - 83) afirma que não há uma aparente articulação entre os mesmos em virtude da geografia de Belo Horizonte, que mantém o setor industrial fora do centro da cidade<sup>12</sup>. Entretanto, os acontecimentos acima citados mostram uma mínima interação – ou, pelo menos, a busca de interação – desses setores. Esse apoio de outros setores da sociedade aos estudantes ocorre à medida do maior recrudescimento do regime, pois, passa a haver uma simpatia pela luta encabeçada pelos estudantes.

### **Considerações Finais**

Esse trabalho nos revela a intensa mobilização dos estudantes na luta contra a ditadura militar, em seus primeiros anos (1964 – 1968). Os estudantes assumiram e tiveram mais destaque nessa luta, já que o movimento estudantil conseguiu melhor se

---

<sup>10</sup> Conforme o relatório sobre a primeira concentração trabalhista em Minas Gerais. In: Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0793 (Domingos Ribeiro Viotti), Rolo 024. Imagem 6. Jul 1961 - 6 Jul. 1970.

<sup>11</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0250 (Manifestações e protestos no dia do trabalhador), Rolo 017. Imagem 156. Dez. 1967 – Maio 1968.

<sup>12</sup> O setor industrial está inserido na região metropolitana de Belo Horizonte, tendo como destaque a cidade de Contagem, que foi palco de uma importante greve operária, em 1968.

manter nas ações contra a ditadura quando comparado com outros movimentos, como o caso do operário, que foi mais severamente reprimido, por exemplo. Parte da população civil e clerical apoiou a luta estudantil ao perceber a brutalidade do regime dos militares, tendo como ápice a morte do estudante Edson Luis, morto em março de 1968, em uma manifestação por melhores condições do Restaurante Calabouço.

O mítico ano de 1968, assunto de diversas pesquisas, foi um momento marcado mundialmente pela ação política estudantil na França, México, Alemanha, Tchecoslováquia e também no Brasil. Nesse ano, principalmente, as manifestações de protesto atingiram maiores proporções, no qual essas estratégias de luta foram os mais expressivos meios de denúncia e reação contra a subordinação civil aos militares. Retomando a dialética entre Estado e oposição, no ano de 1968, em virtude do avanço dos protestos e lutas sociais, o governo militar lança, em 13 de dezembro, o AI-5, revogou os direitos constitucionais de 1967, concedeu ao exército o direito de estabelecer medidas repressivas específicas, suspendeu direitos políticos e cerceou direitos individuais: tudo isso dificultou a ação da oposição. Assim, essa oposição se enveredou em outra forma de luta: a luta armada. O regime já não mais possibilitava a luta pela via “democrática”.

Assim, procurou-se contribuir para os estudos sobre a participação de parte da sociedade belo-horizontina na oposição/resistência ao regime militar.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Mariza Rezende; VALADARES, Maria Gezica; SOMARRIBA, Maria das Mercês G. **Lutas Urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis/Belo Horizonte: Vozes, 1986. 130 p.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1985)**. Bauru: Edusc, 2005. 423 p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria: Salamandra, 1981. 338 p.

BOLLE, Willi. O centro da cidade como personagem de ficção. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 17, p. 130 – 137, 1986.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça: Território de Sociabilidade** – Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Campinas, 1998.

211 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARVALHO, Marco Eliel Santos de. **A construção das identidades no espaço urbano: a Praça Sete como representação da sociabilidade em Belo Horizonte**. Belo Horizonte. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e abertura: Brasil 1964 – 1985**. 4. ed. São Paulo: Record, 2003. 517 p.

ESCRIBÀ-FOLCH, Abel. Participação Arriscada: Manifestações e tumultos em Regimes ditatoriais. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 51., n. 3, p. 719 – 750, 2008.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre Historiografia e História da Ditadura Militar. In: **Estudos de História**. Franca: v. 8, n. 1, p. 69 – 90, 2001.

GONZAGA, Milene Migliano. **Diálogos públicos no centro de Belo Horizonte: Mapas de sentidos em comunicação urbana**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LE MOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte**. 1988. 407 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897 – 1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Coord). **Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 75 – 106.

LOPES, Maria Izabel de Souza. **A Resistência no Regime Militar: o Docente/Cientista frente à política de ciência e tecnologia**. 1997. 253 p.(Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964 – 1968)**. Campinas: Papirus, 1987. 213 p.

POENER, Arthur. **O poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 213 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29 – 52

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 84 p.



REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs). **Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 61 – 71.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs). **Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 55 – 60.

SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. **Ideário do Movimento Estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968: Utopias e desencantos**. 2001. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964**. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 375 p.